

O BRASIL ASSINA. E FICA ESPERANDO.

O Brasil assinou ontem um acordo com o Comitê Assessor dos Bancos Credores e agora espera que firmem o documento os bancos que se comprometeram a participar do pacote de US\$ 3 bilhões, para só então desembolsar a sua parte. Uma nota do Citicorp informou que o acordo deverá tornar-se efetivo dentro de poucos dias, com o primeiro desembolso dos bancos previsto para antes do fim de dezembro. "Neste desembolso, os bancos comerciais internacionais vão pagar aproximadamente US\$ 1,2 bilhão, para cobrir juros da dívida de longo e médio prazo, de outubro, novembro e a primeira metade de dezembro", diz a nota, acrescentando que um terço do pagamento total virá das reservas brasileiras.

Antes da assinatura do acordo, uma fonte brasileira envolvida nas negociações tinha como certo que os bancos entrariam com US\$ 1 bilhão, quantia que, junto com US\$ 500 milhões que seriam desembolsados pelo Brasil, completaria a soma para pagar os juros de outubro, novembro e dezembro. Nesta primeira etapa, entretanto, o Brasil somente saldará até a metade de dezembro, embora todos os restos pendentes tenham de ser pagos até 11 de janeiro.

O Citicorp esclarece que o acordo que está sendo assinado é parte de um pacote de US\$ 4,5 bilhões, destinado a deixar o Brasil em dia com o pagamento dos juros de 1987 da dívida de médio e longo prazo com os bancos comerciais. Segundo o Citicorp, Fernando Bracher, o principal negociador brasileiro, e William Rhodes, presidente do Comitê Assessor dos Bancos, disseram que, embora o compromisso dos bancos totalize agora aproximadamente US\$ 3 bilhões, alguns outros bancos expressaram o desejo de participar do pacote.

A fonte brasileira informou que, em 16 de junho do próximo ano, se o pacote de médio prazo for concluído, o Brasil deverá desembolsar mais US\$ 1 bilhão, com os bancos juntando outros US\$ 2 bilhões, para o pagamento dos juros de 20 de fevereiro a 30 de setembro.

A assinatura do pacote de US\$ 4,5 bilhões — com US\$ 1,5 do Brasil e US\$ 3 bilhões dos bancos internacionais — foi feita pelo diretor da Dívida Externa do Banco Central, Antônio de Pádua Seixas. Ele a descreveu como algo rotineiro, sem nenhuma formalidade ou cerimônia.

O pacote só terá validade com todas as assinaturas. "Mas temos avançado menos do que imaginávamos", admitiu uma fonte brasileira, que imaginava que nesta fase já se deveria estar contabilizando alguns progressos na direção do acordo de médio prazo, cuja previsão de fechamento é 15 de janeiro. Isto acarreta um "grave problema" para a própria validade do pacote provisório, como explicou a mesma fonte:

Prazo fatal

"Nosso compromisso de agora deixará de existir se não pudermos enviar, até 15 de janeiro, uma minuta para a comunidade bancária internacional, sobre 1988-89 e, se até 15 de março não recebermos as cartas de intenções da massa crítica dos credores, e, por fim, se até junho não ocorrer a assinatura de um acordo". Ontem e hoje, o diretor da área internacional do Banco Central, Carlos Eduardo de Freitas, apresentou aos banqueiros internacionais um relatório sobre as necessidades do Brasil para os próximos dois anos, falando-lhes também sobre as características dos bônus da dívida, "ainda sem um montante".

Uma fonte bem-informada comentou que "o Brasil não vai sair da moratória, com este pagamento de US\$ 500 milhões, e que os juros de janeiro, que deveriam ser pagos normalmente, talvez fiquem suspensos, se a situação permanecer como está." Os negociadores brasileiros querem que o novo pacote contenha algumas inovações, como a securitização voluntária da dívida, salvaguardas e um spread menor, por exemplo, sem as quais "a moratória não teria servido para nada, muito menos depois dos juros altos cobrados para o pacote interino". O Brasil quer ganhar uma perspectiva de longo prazo, nas negociações do pacote de médio prazo que está progredindo lentamente.

É que o acordo com os credores só valerá se todos assinarem. E há um prazo fatal: 15 de janeiro.

